



ESCOLA DE
HUMANIDADES

EDUCAÇÃO POR ESCRITO

Educação por escrito, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 1-5, jan.-dez. 2021
e-ISSN: 2179-8435

<http://dx.doi.org/10.15448/2179-8435.2021.1.42191>

SEÇÃO: A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: AVANÇOS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS

A formação de professores e a educação inclusiva: avanços, desafios e perspectivas

Teacher training and inclusive education: advances, challenges and perspectives

Cleusa Inês Ziesmann¹

orcid.org/0000-0001-7114-5432
cleusa.ziesmann@uffs.edu.br

Estéfano Vizconde

Veraszto²

orcid.org/0000-0002-4029-4803
estefanovv@ufscar.br

Maxwell Siqueira³

orcid.org/0000-0002-2165-4244
mrpsiqueira@uesc.br

Recebido em: 13/11/2021.

Aprovado em: 14/11/2021.

Publicado em: 23/12/2021.

A revista *Educação Por Escrito* tem como missão divulgar e fomentar a produção de conhecimentos em ciências humanas, educação e ensino, criando e incentivando publicações próprias e em parceria com outros centros de investigação e instituições, nacionais e estrangeiros. Nesse sentido, este Dossiê temático procura fomentar discussões a respeito da Educação Inclusiva e seus desdobramentos, para assegurar a educação como direito dos(as) alunos(as) e a criação/organização de estratégias e práticas para que os(as) mesmos(as) possam ter o acesso, a permanência na escola e sua participação efetiva no processo de ensino e aprendizagem, respeitando as suas especificidades, habilidades e tempo de aprendizagem.

Nesse contexto, e considerando a perspectiva da educação inclusiva, o intuito é incentivar os debates no meio acadêmico para a produção de novos conhecimentos nos diferentes fundamentos, metodologias, saberes e práticas educacionais, entrelaçados com a transversalidade que a Educação Especial proporciona dentro das etapas da Educação Básica (BRASIL, 2008). Neste ponto cabe salientar que essa modalidade de ensino agrega estudantes público-alvo da educação especial, ou seja, com deficiência (visual, auditiva, física e intelectual), com transtorno global de desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 2015).

Dessa forma, o dossiê apresenta pesquisas desenvolvidas em espaços e salas do Atendimento Educacional Especializado e/ou estudos de caso que podem contribuir na formação de professores(as) na perspectiva da educação inclusiva, nos níveis da educação básica e ensino superior. Assim, esperamos que os resultados dessas pesquisas possam fomentar a reflexão sobre o processo de inclusão e o respeito às diferenças, possibilitando novos olhares para a formação de professores(as) e o desen-



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹ Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Santa Rosa, RS, Brasil.

² Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Araras, SP, Brasil.

³ Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Ilhéus, BA, Brasil.

volvimento de recursos didáticos, fortalecendo o debate no tocante à educação e às experiências inclusivas desenvolvidas nos espaços educacionais, permitindo um caminhar na direção de uma sociedade que respeite a diversidade e que promova a inclusão de forma efetiva.

Mantoan (2006, p. 19) afirma que “[...] o mote da inclusão, ao contrário, é não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo da vida escolar”. Ainda segundo Mantoan (2006), a educação inclusiva deve ser concebida como um processo de rupturas de paradigmas, de modo que a escola obrigatoriamente se avalie e se reavalie de forma contínua, a fim de se adequar às reais necessidades de seus(as) alunos(as). Tal adequação não deve ser somente para alguns(mas) alunos(as), mas para todos os(as) estudantes presentes no espaço escolar.

Segundo Camargo (2017, p. 1), “não faz sentido, por exemplo, estudantes com deficiências participem efetivamente apenas da educação básica. Quando concluírem o ensino médio, encontrarão espaços sociais para além dos muros escolares, prontos para a exclusão”. Com essa colocação, o autor nos passa a ideia de que a inclusão deve ser uma prática social que precisa adentrar na sociedade, em todas as esferas, em todos os níveis, seja no trabalho, na arquitetura, na educação, no lazer, mas fundamentalmente na atitude e na forma de perceber a si e o(a) outro(a). Portanto, um repensar da educação, em uma perspectiva inclusiva, deve ser a meta para que uma efetiva transformação social ocorra.

E, considerando especificamente a área educacional, é importante destacar que a compreensão da diversidade e das diferenças é fundamental para a busca de metodologias, materiais e formas de comunicação que consigam atender aquilo que é comum a todos(as) e também o que é específico a determinados(as) estudantes ou grupos sociais (CAMARGO, 2017).

Partindo desse contexto brevemente descrito, é possível apontar que o presente Dossiê se divide em 11 artigos que refletem a importância da formação de professores(as), entre seus avanços, desafios e perspectivas para a formação numa

perspectiva de educação inclusiva. Entende-se que é oportuno oferecer aos(as) profissionais da educação momentos de diálogos e reflexões a fim de promover a interlocução de saberes, concebendo espaços para reconhecimento efetivo do outro. Dessa maneira é possível estimular o diálogo entre diferentes grupos sociais e culturais, buscando a solução de conflitos gerados por um sistema homogeneizador e monocultural, favorecendo a construção de uma escola que inclui diferenças e identidades (CANDAUI, 2008).

Nesse caminho, o primeiro artigo visa abordar sobre os “Distanciamentos e aproximações da família no ensino remoto” onde a grande maioria das famílias assumiram um papel crucial na sistematização do ensino emergencial remoto, para alunos(as) com deficiência, durante a pandemia do COVID-19. Com isso, as autoras objetivam compreender de que forma as famílias de alunos(as) com deficiência efetivaram as atividades remotas vinculadas ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) por meio de uma pesquisa qualitativa sobre aspectos conceituais do ensino remoto e questionamentos, direcionado aos(as) professores(as) de alunos(as) com deficiência, em relação à expectativa e perspectiva do papel da família no apoio às atividades remotas. Nesse interim, as principais constatações obtidas relacionam-se aos dispositivos de acessibilidade utilizados sobre o conhecimento da realidade dos(as) alunos(as) e professores(as). Além disso, as autoras concluem que o distanciamento social aproximou as famílias, compreendidas como pais e filhos, na direção de um processo fundamental para o desenvolvimento individual e social.

Na sequência, o segundo artigo discorre sobre “As políticas de formação de professores e os desafios no fazer pedagógico na escola do campo do município de Placas/PA” com o objetivo de identificar como os(as) professores(as) se posicionam em relação às políticas de formação dos(as) docentes e se as formações que possuem possibilitam desenvolver práticas pedagógicas que contemplem a realidade das escolas do campo. Este estudo ocorreu mediante uma revisão bibliográfica e uma pesquisa de campo, e assim,

a pesquisa aponta que devido à falta de oferta de cursos destinados aos(as) professores(as) do campo que contemplem seus distintos contextos, há o surgimento de inúmeros entraves para esse profissional desenvolver um bom trabalho, afetando assim, não só a qualidade profissional, mas a aprendizagem dos(as) estudantes do campo.

Na continuidade, o terceiro artigo trata *sobre* "A influência da formação docente na aprendizagem de estudantes com deficiência intelectual no ensino de química: um estudo de caso" no qual se propõe de maneira reflexiva analisar a importância da formação docente no processo de ensino e de aprendizagem de estudantes com deficiência intelectual por meio de uma pesquisa qualitativa do tipo estudo de caso. A partir desse viés, percebe-se que há uma precariedade na oferta de formação de professores(as) de química no campo da deficiência intelectual e outras deficiências, mas que apesar disso, existem outros fatores atrelados a formação acadêmica que interferem positivamente no processo de ensino aprendizagem destes(as) estudantes.

Subsequentemente, o quarto artigo apresenta "Práticas inclusivas no ensino de ciências da natureza: articulações com o estágio supervisionado" a fim de exibir um *corpus* teórico acerca da formação docente e o desafio da inclusão escolar à luz de um projeto de extensão que visou potencializar a formação de licenciandos(as) no que tange ao desenvolvimento de práticas pedagógicas que contemplassem estudantes com deficiência em classes comuns. Nesse sentido, foi perceptível a participação dos(as) licenciandos(as) de forma ativa durante todas as etapas do projeto e permitiu que as atividades do estágio supervisionado pudessem ser articuladas com propostas de práticas pedagógicas inclusivas que contemplassem estudantes com deficiência matriculados nas turmas regulares da educação básica.

Nessa mesma lógica, o quinto artigo aborda questões sobre os "Itinerários de vida de estudantes universitários com deficiência: um olhar sobre a educação inclusiva" o qual tem a finalidade em apresentar resultados da investigação que teve como principal objetivo compreender como os

sujeitos com deficiência veem e percebem os movimentos em prol da educação inclusiva, bem como identificar quais suas perspectivas com relação à inclusão. Como resultado, a autora por meio de sua pesquisa, evidencia os principais entraves e avanços no fazer inclusivo e as contribuições dos sujeitos para a qualificação das práticas inclusivas em educação. Os itinerários demonstram a superação do estereótipo de deficiente a partir do investimento nas interações sociais dos sujeitos.

Ainda, situando-se no contexto educacional, o sexto artigo denominado como "O ensino de matemática no atendimento educacional especializado no contexto brasileiro" tem por objetivo discutir sobre o ensino e a aprendizagem em matemática no ambiente Atendimento Educacional Especializado a partir de investigações voltadas para o contexto brasileiro, partindo de um estudo bibliográfico em periódicos científicos brasileiros *online* com foco em educação matemática divulgados no *site* da Sociedade Brasileira de Educação Matemática e em periódicos de Educação Especial. Com isso, os(as) autores(as) evidenciam que as discussões referentes à Educação Especial em uma perspectiva inclusiva precisam fazer parte dos cursos de formação inicial e continuada. Além disso, que os(as) estudantes apoiados pela Educação Especial têm melhores oportunidades de aprender quando suas diferenças são legitimadas, o que se manifesta particularmente a partir de diversificação de recursos didáticos, planejamento pautado nas potencialidades desses(as) educandos(as) e em colaboração entre os(as) professores(as) do AEE e da sala comum.

Da mesma forma, pensando na educação inclusiva em todas as áreas do saber, o sétimo artigo tem como objetivo identificar as potencialidades e limitações de uma experiência didática de enriquecimento curricular por meio de oficinas de astronomia e matemática direcionadas a estudantes com altas habilidades/superdotação apresentado pelos autores na pesquisa "Astronomia e matemática: oficinas como atividades de enriquecimento curricular para estudantes com

altas habilidades/superdotação". Os resultados indicam que as atividades desenvolvidas convergiram para o que se propõe como Enriquecimento do Tipo II. No entanto, na pesquisa realizada, algumas limitações foram observadas e estão relacionadas, essencialmente, à disponibilidade de recursos materiais e de formação continuada.

O oitavo artigo aborda como professores(as) que atuam no Atendimento Educacional Especializado (AEE) compreendem o trabalho realizado junto aos(as) estudantes público-alvo da educação especial (PAEE) e a relação desses(as) com a formação ofertada pela Secretaria de Educação, retratado na pesquisa "A visão dos professores do Atendimento Educacional Especializado acerca do trabalho desenvolvido e formação ofertada". Os resultados apontam a necessidade de discussão da atuação e formação do professor da educação especial, à luz da dimensão sociopolítico-pedagógica do fazer docente.

Nessa mesma perspectiva, o nono artigo versa sobre "As implicações das estratégias de motivação no Atendimento Educacional Especializado para a implicação de alunos com deficiência intelectual em atividades da linguagem escrita em contexto digital" que tem por objetivo analisar as implicações de estratégias de motivação desenvolvidas por quatro professoras do Atendimento Educacional Especializado para a implicação significativa de oito estudantes com deficiência intelectual na resolução de problemas em contexto digital, por meio de uma investigação de natureza qualitativa do tipo pesquisa-ação. Como resultados, as autoras afirmam que as estratégias de motivação apresentam implicações sobre os desempenhos dos(as) alunos(as), de modo que não mais desistissem de realizar as atividades e sentissem-se encorajados(as) a se engajarem na resolução dos problemas no *software*.

Nessa cadeia de reflexões, o décimo trabalho busca pensar "O desenvolvimento da pessoa com deficiência na Teoria Histórico-cultural: caminhos indiretos e compensação". Nesse artigo, por meio da análise de textos clássicos de Vigotski, o autor e a autora buscam debater os processos mediacionais e escolares destinados às pessoas

com deficiências a partir de dois sistemas conceituais que consideramos angulares na discussão sobre a deficiência na Teoria Histórico-Cultural. Embasados em suas pesquisas, apontam que a compreensão desses aspectos teóricos contribui para a consolidação de uma sociedade inclusiva, pois baseia-se na assertiva de que a deficiência não anula o desenvolvimento do ser humano, mas coloca-o em uma posição diferenciada, que necessita de recursos mediacionais distintos para acessar os bens culturais e relacionais.

Para finalizar, temos o décimo primeiro artigo intitulado "Atendimento Educacional Especializado para estudantes com transtorno do espectro autista na Associação Pestalozzi de Goiânia – Unidade Renascer". Os resultados provenientes dessa investigação trazem informações relevantes acerca do Atendimento Educacional Especializado (AEE) para crianças com transtorno do espectro autista (TEA) e, desse modo, permitem elencar questões importantes no que concerne aos objetivos do AEE a serem alcançados pelas crianças bem como aos planos de intervenções desenvolvidos tomando como base suas necessidades. Ademais, a presente investigação evidencia a relação entre professor(a) do AEE, professor(a) da rede regular de ensino e a família da criança com TEA, e também os materiais pedagógicos e recursos multifuncionais utilizados nos atendimentos.

Desejamos que os textos publicados, nesse Dossiê, possam promover a reflexão, possibilitar novas práticas e fomentar diálogos sobre a educação inclusiva nos espaços educacionais. Uma ótima leitura a todos e todas!

Referências

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (estatuto da pessoa com deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 3 nov. 2021.

BRASIL. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva.** Brasília, DF: Ministério da Educação, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducacional.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2021.

CAMARGO, Eder Pires de. Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlaces e desenlaces. **Ciência & Educação**, Bauru, SP, v. 23, n. 1, p. 1-6, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v23n1/1516-7313-ciedu-23-01-0001.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2021.

CANDAU, Vera Maria. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. In: MOREIRA, Antonio Flávio; CANDAU, Vera Maria (org.) **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2008. v. 10, p. 13-37.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2006.

Cleusa Inês Ziesmann

Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), em Porto Alegre, RS, Brasil; mestre em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI), em Ijuí, RS, Brasil; professora da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), em Cerro Largo, RS, Brasil. Líder do grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Especial/Inclusiva - GEPEI da mesma instituição.

Estéfano Vizconde Veraszto

Doutor em Educação, Ciência e Tecnologia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), em Campinas, SP, Brasil; mestre em Educação, Ciência e Tecnologia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), em Campinas, SP, Brasil; professor da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Departamento de Ciências da Natureza, Matemática e Educação, em Araras, SP, Brasil; professor colaborador da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), em Campinas, SP, Brasil. Líder do Laboratório de Tecnologias e Inclusão, LABINTEC.

Maxwell Siqueira

Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP, Brasil; mestre em Ensino de Ciências pela Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP, Brasil; professor titular da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), em Ilhéus, BA, Brasil. Integrante do grupo de pesquisa em currículo e formação de Professores em Ensino de Ciências do PPG em Educação em Ciências e Matemática da mesma instituição.

Endereço para correspondência

Cleusa Inês Ziesmann

Av. Borges de Medeiros, 550, apto. 303
Centro, 98780-001
Santa Rosa, RS, Brasil

Estéfano Vizconde Veraszto

Rua Jundiá, 206
Vila São Carlos, 13847-108
Mogi Guaçu, SP, Brasil

Maxwell Siqueira

Rodovia Jorge Amado, km 16
Salobrinho, 45662-900
Ilhéus, BA, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados pela Poá Comunicação e submetidos para validação do(s) autor(es) antes da publicação.